

UMA ANÁLISE DAS MULHERES QUE TEM MENOS FILHOS DO QUE O DESEJADO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EQUIDADE DE GÊNERO¹

Angelita Alves de Carvalho²

A redução da fecundidade para níveis abaixo da reposição têm sido associada às relações de gênero mais equilibradas. Apesar de contextos de gênero bastante diferenciados daqueles dos países desenvolvidos, o Brasil também segue esta tendência e com aumento do número de mulheres que desejam ter um número de filhos acima do que elas realmente têm. Este trabalho busca verificar a demanda reprimida por filhos entre as mulheres casadas/unidas a partir de uma perspectiva de gênero no Brasil onde foram usados os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006. Os resultados mostraram que o número de mulheres que tem menos filhos que desejado se dá principalmente entre mulheres em que os parceiros desejavam menos filhos do que elas.

Palavras-chave: Fecundidade insatisfeita por falta de filhos, relações de gênero entre o casal, desejos de fecundidade do marido

Introdução

Apesar da falta de consenso sobre o que explicaria a brusca redução da fecundidade nos últimos tempos, existem alguns estudiosos que defendem que um dos fatores de grande importância foram as mudanças nas assimetrias de gênero (Morgan & Niraula, 1994); Mason, 1986; Lesthaeghe & Neidert, 2006). Mason & Taj (1987) argumentam que as mulheres preferem ter menos filhos do que os maridos e se elas preferem ter menos filhos do que os homens, então maior autonomia feminina implicaria em mulheres mais propensas a ter uma baixa fecundidade. Essa visão predominou por muito tempo nos estudos demográficos.

Contudo, atualmente nos países onde a fecundidade já é reduzida, o que se percebe é que a fecundidade aumenta à medida que se avança em prol da equidade de gênero dentro das famílias. Por outro lado, o desequilíbrio de gênero entre os cônjuges em relação aos níveis de educação, emprego e divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos têm contribuído para a baixa fecundidade nos países desenvolvidos (McDonald, 2000).

O que tem acontecido é que a mulher ganhou melhores oportunidades em termos de educação e emprego, mas não existe uma rede de apoio (creches, políticas de proteção à maternidade) que seja suficiente para ela também ter filhos. Desta maneira, emerge a importância do estudo das decisões individuais em torno da fecundidade, do papel dos parceiros e familiares, influenciado pelos comportamentos decorrentes das construções sócio-culturais do masculino e do feminino. E se políticas de conciliação não forem pensadas rapidamente e os governos não garantam uma mudança igualitária dos sistemas de gênero, muitos países em desenvolvimento terão regimes de fecundidade muito baixa (Mason, 2001).

Nesse sentido, analisar as atitudes de papéis de gênero de homens e mulheres são importantes para o processo de ter e criar filhos, pois isto pode pedir ajustes em alguns aspectos da divisão sexual do trabalho existente da família. Estes ajustamentos resultam na decisão sobre qual dos parceiros irá ajustar o seu comportamento mais fortemente a esta nova situação pode depender de qual parceiro é o mais criança-orientado. Ao mesmo tempo, ter filhos pede para negociar um aspecto completamente

¹ Trabalho relativo à parte dos dados da tese de doutorado em andamento

² Estudante de doutorado em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil (angelita@cedeplar.ufmg.br)

novo, ou seja, a divisão de tarefas de cuidados infantis. Dado que existem disposições anteriores para este tipo de trabalho existe, poderia ser que as atitudes de papéis de gênero, que fornecem um roteiro para o modo como estas tarefas devem ser divididas em geral, são importantes para decidir sobre este aspecto particular da divisão do trabalho entre casais (Jansen & Liebroer, 2006).

Mas as decisões reprodutivas são feitas pelo casal e portanto é necessário conhecer o papel do homem nesse processo. Por muitas décadas os estudos afirmavam que os desejos das mulheres para ter filhos sempre tinham uma influência mais forte do que os desejos de seus parceiros masculinos (Beckman et al, 1983). Contudo, Thomson (1997) mostrou que os desejos e intenções dos homens em idade reprodutiva influenciam os nascimentos em casais com uma força igual aos desejos e intenções das mulheres.

Segundo Thomson (1997) e Puur et al (2008) na sociedade atual, economicamente desenvolvida, é esperado que os desejos dos maridos passem a ter maior influência nos desejos das esposas sobre os planos reprodutivos, pois os casamentos de sociedades economicamente desenvolvidas teriam menores desigualdades de gênero na família e o engajamento dos homens nas responsabilidades familiares seria maior, o que poderia levar a um aumento nos desejos de seus parceiros do sexo feminino por filhos. Contudo, por outro lado, Puur et al (2008) argumenta que os homens, com vistas igualitárias, teriam custos de crianças superiores aos seus homólogos mais tradicionais, por eles investirem mais tempo e energia no cuidado de seus descendentes, o que podem reduzir o número de filhos que desejam

Sabendo disso e perante os níveis baixos de fecundidade no Brasil (1,8 filhos por mulher em 2006 sendo que o número de filhos desejado era de 2,2 filhos) é extremamente importante entender como as motivações de fecundidade separadas dos dois parceiros reprodutivos se interagem e combinam impulsionando o casal a uma ação conjunta, que é ter filhos. Pois assim como destaca Alves (2004) a queda das taxas de fecundidade e a entrada feminina no mercado de trabalho são reflexos de relações de gênero mais igualitárias e da autonomia feminina. Neste contexto, surgiriam identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico, influenciando diretamente a reestruturação do modelo tradicional de família. O trabalho feminino então, tem sido associado como causa ou condição para as mudanças nas relações de gênero e no formato das famílias. Contudo como argumentam Sorj et al (2007) nem tão igualitárias se tornaram as relações de gênero, pois o modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública”, mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero.

No caso do Brasil o conhecimento da influência do parceiro nos planos e no comportamento reprodutivo torna-se ainda mais instigante, uma vez que o país passou por mudanças importantes na legislação relativa aos deveres do pai biológico. Essas conquistas legais, nas quais os homens estão sendo chamados a exercer uma paternidade responsável, pelo menos economicamente, cria dúvidas de como esse novo papel tem afetado o desejo e as intenções dos homens por filhos, especialmente os argumentos utilizados por estes no momento da decisão por filhos pelo casal. Acredita-se que, hoje em dia, devido à influência da mídia, instituições legais e da maior cobrança das mulheres em relação às obrigações dos seus parceiros, estes teriam uma opinião importante sobre a implementação das preferências reprodutivas do casal. E seguindo os argumentos de Purr et al (2008) o aumento da paternidade compartilhada pelos homens conjuntamente à maior fiscalização às obrigações legais estariam levando a um menor número de filhos desejados pelos homens. Em sentido contrário, acredita-se que as mulheres, por terem maior compartilhamento de suas responsabilidades, estariam desejando mais filhos, contudo devido à maior participação dos homens nas decisões reprodutivas e seu maior poder de barganha processo de tomada de decisão por filhos, as mulheres estão tendo um menor número de filhos que desejam.

Nesse sentido o objetivo deste artigo é analisar a satisfação de fecundidade pela mulher e sua relação com o desejo do marido, identificando como as relações de gênero interferem neste processo de tomada de decisão por filhos.

Procedimentos metodológicos

Para ilustrar esta discussão trabalhou-se com os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança feita em 2006. A PNDS segue o modelo de pesquisa *DHS (Demography Healthy Survey)* e tem como finalidade atualizar o conhecimento dos indicadores de saúde da mulher e de saúde da criança, seus diferenciais e determinantes, com o fim de: subsidiar o aprimoramento das políticas públicas; compartilhar informações com a comunidade acadêmica para o aprofundamento de estudos especiais neste campo e prover a sociedade civil com informações para o exercício do controle social. A pesquisa teve como critério amostral uma amostra probabilística, selecionada aleatoriamente. O universo do estudo foi formado por domicílios particulares permanentes em setores comuns (inclusive favelas), com a presença de mulheres de 15 a 49 anos de idade, de todas as cinco regiões do Brasil, urbanas e rurais.

Tentou-se descrever o perfil de mulheres segundo sua satisfação de fecundidade, o qual foi calculado subtraindo-se o número de filhos tidos e o número de filhos desejados, se igual a zero a mulher foi classificada como satisfeita, se positiva a mulher era insatisfeita por excesso de filhos e se negativa a mulher foi classificada como insatisfeita por falta de filhos. Este perfil envolveu mulheres atualmente casadas/unidas e que estavam entre 35 a 49 anos, uma vez que estas teriam poucas possibilidades de aumentar a sua fecundidade e se tornarem satisfeitas.

A fim de verificar qual a influência das relações de gênero sobre as preferências reprodutivas das mulheres, foi criado o indicador das relações de gênero na relação conjugal. Tentou-se reaplicar o indicador de *status* da mulher feito por Gualberto (2003), o qual ainda leva em conta as sugestões feitas por Goldani (1994), Mason (1984), Evans (1992) e de Kishor & Neitzel (1996). Neste trabalho foram feitas algumas modificações e adaptações no indicador, em virtude da disponibilidade da base de dados e especialmente devido à inserção de novas perguntas, as quais estão mais relacionadas com o interesse desta pesquisa. Assim, o indicador das relações de gênero está dividido em cinco partes: escolaridade, trabalho, chefia domiciliar, acesso à mídia e relacionamento entre parceiros.

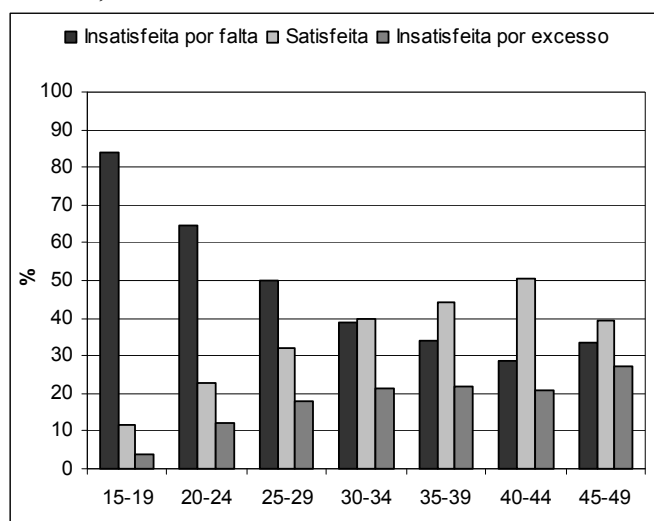
Na escolaridade, a variável de relações de gênero é se a mulher tem escolaridade igual ou superior à de seu parceiro; nos casos afirmativos, o indicador recebe um ponto. O ambiente profissional e de trabalho diz respeito se a mulher trabalha ou não, além das atividades domésticas, e ganha ponto aquela mulher que trabalha fora. Quanto à variável chefia domiciliar feminina, esta só será considerada como um elemento que contribui para as relações de gênero se a chefia é feminina é em um domicílio dos estratos A ou B, não seriam selecionados aqueles domicílios em que a chefia feminina esta atrelada à um menor número de provedores e, conseqüentemente, à vulnerabilidade financeira. No acesso à mídia, segundo Faria & Potter (1999), existe, para o caso brasileiro, uma conexão entre exposição à TV e as preferências de famílias menores e demandas por planejamento familiar. Diante disso, receberá ponto a mulher que declarar que assiste à televisão ou tem acesso a outras mídias, tais como rádio, jornais ou revistas. Por fim, o relacionamento entre cônjuges será avaliado em quatro variáveis, pois se considera que é justamente dentro da relação conjugal que os diferenciais de gênero e posição da mulher frente às decisões podem ser melhor visualizados. Ganhará ponto de relação de gênero a mulher cuja diferença de idade em relação ao seu atual parceiro seja igual ou menor que 10 anos. A mulher que conversa sobre planejamento familiar com o seu parceiro também ganhará ponto. Também receberá ponto aquela entrevistada que responde como sendo a única que decide sobre destino do dinheiro que ela recebe. E por fim receberá ponto aquela mulher que responder que pode rejeitar fazer sexo com o marido quando ela esta cansada ou quando não quer. O indicador de

relação de gênero da mulher utilizado aqui é a soma dessas oito situações de avaliação tanto das características individual da entrevistada quanto da sua relação com seu cônjuge/parceiro. Para cada situação favorável à mulher, o indicador ganha um ponto e assim poderá assumir valores entre zero (indicando relação muito desigual) e oito (relação de maior igualdade de gênero).

Resultados e discussões

O GRAF.1 mostra que a satisfação de fecundidade entre mulheres casadas/unidas por idade e pode-se notar que as mulheres tendem a se tornar satisfeitas com o avanço de seu ciclo de vida, o que é esperado, uma vez que as mulheres no decorrer do seu ciclo de vida vão se tornando mães. Paralelamente e seguindo um pouco a lógica esperada, nota-se que a insatisfação de fecundidade por excesso tende a aumentar e contrariamente, a insatisfação por falta tende a diminuir. Mas curiosamente, percebe-se que, a partir dos 35 anos, há uma estabilidade na queda e até um aumento no percentual de mulheres que foram classificadas como insatisfeitas por falta de filhos. Ou seja, mulheres que teoricamente já estavam bem próximas do fim de seu período reprodutivo muitas ainda desejam mais filhos do que realmente tinham.

GRAFICO 1 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas segundo idade e satisfação de fecundidade, Brasil 2006



Fonte: PNDS, 2006

Para muitos estudiosos esse pode ser um assunto de pouca relevância, uma vez que tradicionalmente muita atenção tem sido dada à fecundidade por excesso, ou seja, à mulheres que tem mais filhos do que o desejado, mas no Brasil observa-se que atualmente este cenário tem mudando. Nota-se no GRAF.1 que o percentual de mulheres com menos filhos que o desejado é maior do que aquelas que excedem o número de filhos que desejavam (em torno de 33% para mulheres unidas/casadas acima de 35 anos). Ou seja, esta situação tem-se tornado bastante comum e necessita de maior compreensão.

Especialmente o grupo de mulheres acima de 35 anos, uma vez que as chances desses grupos recuperarem sua fecundidade é pouco provável no Brasil³, observa-se na TAB. 1 que é bastante expressivo o percentual de mulheres que estavam insatisfeitas por falta de filhos quanto elas desejavam três e quatro filhos. Entre as mulheres de 35 a 39 que desejavam 3 filhos, 38,61% tinham até dois

³ No Brasil a contribuição de fecundidade das mulheres de 35 anos e mais para a parturição final muito pequena, em que há um incremento de menos de 0,02 filhos (ver apêndice1).

filhos, entre as de 40 a 44 anos esse percentual era de 39,83% e para 40,80% entre as mulheres de 45 a 49 anos. Esses percentuais são muito maiores do que quando comparados às mulheres que tiveram maior número de filhos que desejavam (7,28%, 6,59% e 11,6%, respectivamente).

Esses dados mostram que algum fator está agindo sobre as intenções reprodutivas femininas impedindo que se transforme em comportamento. Ou seja, nos fazem pensar se esses indicadores de fato retratam as preferências femininas, e se retratam, as mulheres estariam sendo incapazes de implementar o seu desejo devido à várias restrições que estariam sendo impostas aos seus desejos e intenções, impedindo que estes se tornem reais.

TABELA 1 - Percentual de mulheres segundo o grupo etário e satisfação com a fecundidade de acordo com o número de filhos, Brasil 2006

Grupos de idade	Parturição média	Nº filhos desejados	insatisfeita falta	satisfeita	insatisfeita excesso	n
35 a 39	2,20	1 filho	10,05	46,89	43,06	209
		2 filhos	32,55	49,18	18,27	854
		3 filhos	38,61	54,11	7,28	316
		4 e + filhos	67,63	25,90	6,47	139
40 a 44	2,48	1 filho	5,98	45,65	48,37	184
		2 filhos	20,69	59,55	19,76	754
		3 filhos	39,83	53,58	6,59	349
		4 e + filhos	53,38	36,09	10,53	133
45 a 49	2,70	1 filho	17,50	31,25	51,25	160
		2 filhos	22,59	45,75	31,66	518
		3 filhos	40,80	47,60	11,60	250
		4 e + filhos	55,73	33,59	10,69	131

Fonte: PNDS 1996 e 2006

É interessante notar (TAB.2) que a tomada de decisão por filhos envolve muitas ambigüidades, pois pode-se verificar que um percentual importante das mulheres que tinham menos filhos do que desejam usavam contracepção. Mas percebe-se também que é alto o percentual de mulheres com demanda por falta de filhos e que não faziam uso de contracepção (mais de 50% acima de 35 anos). Esses achados sugerem que, apesar do desejo por filhos, existem a atuação de outros mediadores do comportamento reprodutivo, que acabam por assumir um papel mais importante na hora da decisão do que a própria realização do desejo da mulher.

Além disso, a TAB.2 também mostra o desejo do cônjuge por filhos e sua relação com a satisfação da mulher em relação a sua fecundidade e percebe-se que de alguma forma a opinião do companheiro é relevante para a tomada de decisão por filhos. Observa-se que em todos casos em que o marido desejou ter menos filhos que a mulher, esta apresentava uma fecundidade insatisfeita devido a falta de filhos muito elevada (85% entre as mulheres de 35 a 39 anos). Isto mostra que os desejos dos parceiros interagem e que, por diversos motivos, o desejo por filhos de um cônjuge pode sobressair ao outro. Interessante observar também que a porcentagem de mulheres que tiveram uma insatisfação por falta de filhos nos casos em que ela disse que o marido desejava o mesmo número de filhos que ela foi expressivo (mais de 40%).

Tabela 2 - Percentual de mulheres segundo satisfação quanto à fecundidade e opinião do marido e uso de contracepção, Brasil 2006

Variáveis		Grupos de idade	Insatisfeita falta	satisfeita	insatisfeita excesso	n
Desejo do marido	mesmo número de filho que a mulher	35-39	45,23	38,47	16,29	577
		40-44	33,39	51,40	15,21	572
		45-49	45,03	36,65	18,32	382
	mais filhos que a mulher	35-39	42,57	41,22	16,22	148
		40-44	26,37	49,45	25,27	91
		45-49	39,19	39,19	21,62	74
	menos filhos que a mulher	35-39	86,11	4,17	8,33	72
		40-44	77,97	5,08	16,95	59
		45-49	62,26	18,87	18,87	53
uso de contracepção atual	sim	35-39	27,74	49,41	22,84	1449
		40-44	25,39	52,99	21,62	1406
		45-49	27,84	42,44	29,72	959
	não	35-39	72,97	14,59	12,43	185
		40-44	46,70	37,91	15,38	182
		45-49	42,04	33,06	24,90	245

Fonte: PNDS, 2006

Com relação às preferências reprodutivas observa-se que, assim como esperado, a maioria das mulheres (90%) que foram classificadas como insatisfeitas por falta queriam ter (mais) filhos, indicando uma possível congruência desses dois indicadores. Contudo observa-se que há alguns descompassos, especialmente no indicador de preferência quanto as mulheres não querem ter (mais) filhos e foram classificadas por insatisfeitas por falta, onde teoricamente não deveria ter ninguém, e contudo abarcam 31% das mulheres, percentual maior que aquelas insatisfeitas por excesso de filhos. Este resultado coloca dúvidas sobre a eficiência desses indicadores e faz pensar qual deles estaria refletindo melhor o desejo, a intenção e a satisfação real das mulheres. É possível pensar que como a variável insatisfação por falta foi criada a partir de filhos nascidos vivos e desejados, e a variável preferência de fecundidade foi perguntada diretamente à mulher, esta poderia estar retratando um pouco melhor a realidade, em que apesar de desejadas um número de filhos maior do que o que ela possui, devido à atuação de outros mediadores (situação econômica, idade, desejo do parceiro, entre outros) a mulher não quer ter(mais) filhos. Ou seja, o desejo foi ajustado, a intenção já é não ter filhos e por consequência o comportamento pretendido é não ter (mais) filhos.

Ao verificar a relação entre os dois indicadores de preferência e a opinião do parceiro, observa-se que o maior percentual de insatisfação de falta foi onde a mulher queria mais filhos e o marido desejava menos filhos do que ela, mostrando que de alguma forma, o desejo do marido, pode ter a feito adiar e/ou diminuir o seu desejo por filhos. E contrariamente, o maior percentual por excesso foi entre as mulheres que não desejam mais filhos e o marido desejava mais filhos do que ela.

TABELA 3- Percentual de mulheres casadas/unidas segundo preferências de fecundidade, desejo do marido e satisfação quanto à fecundidade, Brasil 2006

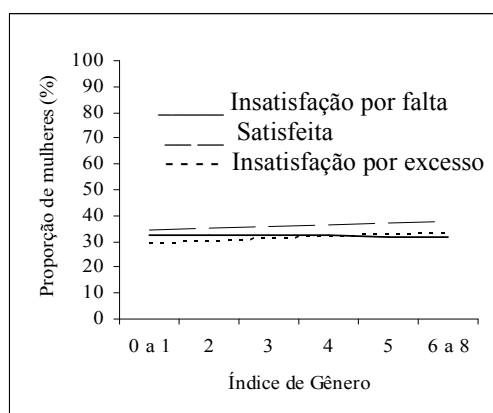
Preferência de fecundidade	de insatisfeita falta	satisfeita	insatisfeita excesso	n	
quer (mais) filhos	90,96	8,23	0,81	236	
não quer (mais) filhos	30,86	48,73	20,42	138	
não pode ficar grávida	59,42	24,13	16,44	0	
quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	90,64	9,03	0,33	157
	marido quer mais	79,42	20,58	0,00	26
	marido quer menos	95,20	0,60	4,20	39
não quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	25,93	54,26	19,81	941
	marido quer mais	29,52	46,50	23,99	228
	marido quer menos	69,23	11,19	19,59	105
não pode ficar grávida	marido quer o mesmo	63,77	20,08	16,14	136
	marido quer mais	17,76	60,40	21,84	26
	marido quer menos	83,24	13,18	3,59	28

Fonte: PNDS 2006

Por fim tem a relação da satisfação com a fecundidade e igualdade de gênero (GRAF.2) e, ao contrário do que se esperava, observa-se que parece não haver grande influência das relações de gênero⁴ para a satisfação de fecundidade das mulheres brasileiras, pois o gráfico abaixo não mostra nenhuma tendência clara. Pode-se notar uma pequena inclinação, em que parece que o percentual de mulheres satisfeitas aumenta com a elevação do Índice de Igualdade de Gênero, o que faz sentido, se pensarmos que casais em que prevalece a igualdade dos entre os parceiros, como por exemplo conversas sobre planejamento familiar, estes tenderiam a estarem mais satisfeitos com as suas decisões reprodutivas. Mas o Índice não mostrou nenhuma tendência clara para quando as mulheres estavam insatisfeitas nem por falta e nem por excesso de filhos.

⁴ Relações de gênero captadas por meio do indicador criado, o que pode ser diferente a partir da criação de outros indicadores.

GRAFICO 2. Tendência Linear da distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo Índice de Gênero e satisfação com a fecundidade atual, Brasil 2006.



Considerações finais

O evento da insatisfação por falta de tem se tornando bastante recorrente entre as mulheres, abrindo um grande leque de pesquisa para compreender este fenômeno. Até então as pesquisas se preocupavam em entender a situação de mulheres que tinham mais filhos do que o desejado. Nesse novo cenário, outros variáveis ganham espaço, especialmente as relações de gênero entre o casal.

Nesse sentido, este artigo teve como objetivo analisar a satisfação de fecundidade pela mulher e sua relação com o desejo do marido, identificando como as relações de gênero interferem neste processo de tomada de decisão por filhos. Uma vez que acredita-se que devido ao maior empoderamento da mulher nas áreas da educação e mercado de trabalho estas passariam a demandar maior participação do parceiro em relação às atividades domésticas e cuidados com os filhos. Isso, portanto, levaria à maior envolvimento dos homens nas decisões reprodutivas.

Os achados mostraram que a insatisfação por falta é um evento que muitas mulheres, se tornando mais comum do que mulheres que tem mais filhos do que o seu desejo. Por envolver muitas ambiguidades o processo de tomada de decisão por filhos é bastante complexo, pois observou-se que um percentual considerável de mulheres que foram classificadas como tendo menos filhos do que o desejado disseram não querer mais filhos. Isso pode indicar, por um lado, possíveis falhas dos indicadores de preferência e, por outro lado, a dificuldade de se entender o fenômeno da insatisfação por falta de filhos, pois necessita-se compreender até que ponto o desejo por filhos superior à realidade faz com que a mulher de fato esteja insatisfeita. Faz pensar também quais mediadores estão atuando para que ela abra mão de seu desejo por filhos na hora de decidir o seu comportamento reprodutivo.

Com relação às preferências reprodutivas e sua relação com os desejos do marido, encontrou-se que o maior percentual de mulheres insatisfeitas por falta de filhos e deu nos casos em que o marido desejava menos filhos do que elas. Esse achado pode ser relacionar, entre outras coisas, com o poder de barganha entre parceiros, em que de alguma forma algum dos cônjuges pode fazer com que seu desejo se torne realidade em defasagem ao desejo do parceiro. Para verificar essa suposição, utilizou-se o Indicador de Igualdade de Gênero e sua relação com satisfação de fecundidade, contudo este indicador não apresentou nenhuma tendência clara, exceto para os casos em que a mulher foi classificada como satisfeita, em que maior equidade de gênero pareceu estar relacionada com maior satisfação de fecundidade. Contudo, da forma como foi construído este indicador das relações de gênero não contribuiu para a melhor compreensão deste fenômeno.

Esta pequena análise descritiva pode instigar muitas questões, a primeira delas seria: até que ponto ter menos filhos do que o desejado faz com que a mulher seja de fato insatisfeita? Quais mediadores agem na hora da tomada de decisão por filhos pela mulher fazendo-a ter menos filhos do que o desejado? Seriam os percentuais tão elevados de insatisfação por falta de filhos nos casos em que o marido desejava menos filhos do que a mulher indicação de alguma forma de desigualdade de poder de barganha entre os parceiros e estariam, portanto, as mulheres menos empoderadas quanto às decisões reprodutivas? Ou simplesmente estes percentuais estariam mostrando uma vontade da esposa em satisfazer o desejo do marido, o que não necessariamente significa menor poder de barganha ou inequidade na tomada de decisão por filhos pelo casal?

Estes e outros questionamentos não podem ser respondidos pelos dados quantitativos, e, portanto, faz-se necessário o aprofundamento deste tema por meio de pesquisas qualitativas que envolvam ambos os parceiros.

Referências bibliográficas

- ALVES, J. E. D. **Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004, 43p. (Textos para discussão, 9).
- BECKMAN, L. J *et al.* A Theoretical Analysis of Antecedents of Young Couples Fertility Decision and Outcomes. **Demography**, v.20, p.519-533, 1983.
- EVANS, A. Statistics. In: OSTERGAARD, L. (Ed.) **Gender and Development**. London: Routledge, 1992. 220 p.
- FARIA, V., E.; POTTER, J. E. Television, Telenovelas, and Fertility Change in North-East Brazil. In: LEETE (ed.). **Dynamics of Values in Fertility Change**, Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 252-272.
- GOLDANI, A. M. Família, Relações de Gênero e Fecundidade no Nordeste do Brasil. In: Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil**. Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: BEMFAM e DHS; Macro International Inc., Junho 1994. p 57-80.
- GUALBERTO, L. N. Comportamento Contraceptivo, Raça/Cor e Status da Mulher no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2003
- JANSEN, M.; LIEFBROER, A.C. Couple's attitudes, childbirth, and the division of labor. **Journal of Family Issues**, v.72, n.11, p.1487-1511, 2006.
- KISHOR, S; NEITZEL, K. The Status of Women: Indicators for Twenty-five Countries. **DHS Comparative Studies**, nº 21. Calverton, Mariland: Macro International Inc., 1996. 113 p.
- LESTHAEGHE, R.; NEIDERT, L. The Second Demographic Transition in the United States: Exception or Textbook Example? **Population and Development Review**, v. 32, 2006, p. 669-698 (December).
- MASON, K. O. **The Status of Women: a Review of its Relationships to Fertility and Mortality**. [s.l.] The Rockefeller Foundation, 1984. 86 p.
- _____. The Status of Women: Conceptual and Methodological Issues in Demographic Studies. **Sociological Fórum**, v. 1, n. 2, p. 284-300, 1986.
- _____. Gender and family systems in the fertility transition. **Population and Development Review**, v. 27, p. 160-176, 2001.
- _____; TAJ, A. M. Differences Between Women's and Men's Reproductive Goals in Developing Countries. **Population and Development Review**, v. 13, n. 4, p. 611-638, 1987.
- MCDONALD, P. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.
- MCDONALD, P. Societal foundations for explaining low fertility: Gender equity.

MORGAN, S.P.; NIRLA, N.B. Gender Inequality and Fertility in Two Nepali Villages. **Population and Development Review**, v. 21, n. 3, p. 541-561, Sep. 1995.

PUUR, A., OLÁH, L.S.Z.; TAZI-PREVE, M.I.; DORBRITZ, J. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research**, v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação: Entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births. **Demography** v. 34, p. 343-354, 1997.

Apêndice 1 - Demonstrativo da parturição média das mulheres brasileiras entre 2000 e 2010

Grupos de idade da mãe	Filhos nascidos vivos		Mulheres		Parturição	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
15 a 19 anos	1.661.469	1.190.788	8.920.685	8.432.004	0,186249	0,1412224
20 a 24 anos	6.407.202	5.090.081	8.093.297	8.614.963	0,7916677	0,5908419
25 a 29 anos	10.181.111	9.608.337	7.035.337	8.643.419	1,4471391	1,1116361
30 a 34 anos	13.598.982	13.227.989	6.664.961	8.026.854	2,0403693	1,6479668
35 a 39 anos	15.823.453	14.463.194	6.305.654	7.121.915	2,5094071	2,0308013
40 a 44 anos	16.070.235	15.367.645	5.430.255	6.688.796	2,9593886	2,2975204
45 a 49 anos	15.288.056	15.519.239	4.505.123	6.141.338	3,3934825	2,5270127

Fonte: Censos Demográficos, 2000 e 2010, IBGE